

52 POLÍTICA DE DESTINAÇÃO DE ANIMAIS ERRANTES OU ABANDONADOS EM UM CAMPUS UNIVERSITÁRIO LOCALIZADO NA CIDADE DE PORTO ALEGRE, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, BRASIL

FARACO, C. B.¹, MIRANDA, I. C. S.², GUYOTI, V. M.³

¹ Médica-veterinária, Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Professora do curso de Medicina Veterinária do Centro Universitário Ritter dos Reis (Uniritter). E-mail: ceres_faraco@uniritter.edu.br

² Médico-veterinário, Mestre em Ciências Veterinárias pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Professor do curso de Medicina Veterinária (Uniritter).

³ Médica-veterinária, Mestre em Ciências Veterinárias (UFRGS) e Professora do curso de Medicina Veterinária (Uniritter).

O abandono de animais é um problema crônico nos *campi* universitários. A despeito de serem instaladas câmeras e avisos sobre as leis (Lei federal 9.605/98 e Decreto-lei 24645/34), estas iniciativas não intimidam a prática de tais atos para com os animais. Além do problema de bem-estar animal, tal contexto representa risco sanitário para os animais que não têm condições básicas asseguradas (abrigo, alimento adequado, proteção e cuidados de saúde, entre outros), além dos riscos de zoonoses e acidentes com a comunidade acadêmica. As dificuldades para controlar e reduzir a presença de tais animais são muito grandes, pois os *campi* universitários apresentam condições favoráveis para a permanência de tais animais: fácil acesso e grande oferta de alimento e de água (cantinas e restaurantes). Ao longo dos anos, têm sido propostos diversos procedimentos destinados a controlar o abandono de animais nesses locais. Essas alternativas têm sido testadas isoladamente, incluindo as que utilizam barreiras físicas, mas sem sucesso. Na busca de soluções para o problema na Uniritter – *Campus Fapa* –, foi elaborada uma política para os animais errantes. Essa proposta articula a combinação de barreiras, a vigilância, a educação da comunidade acadêmica e o encaminha de animais para obtenção de melhores resultados que os obtidos em outros *campi* universitários. A sua aplicação visa obter: a transformação do *campus* em ambiente de baixo risco de abandono, a redução do risco de mordeduras, a redução do risco de transmissão de zoonoses e o oferecimento de um modelo para a sociedade (já que o problema é uma amostra do que ocorre nas cidades em relação ao abandono de animais). Os resultados obtidos até o momento têm apresentado resultados promissores. A íntegra deste material está disponível em: <<http://www.uniritter.edu.br/nossos-campi#politicas>>. Com este documento, a Uniritter regulamenta as práticas internas com relação aos animais abandonados no *Campus FAPA* seguindo as políticas de proteção e bem-estar animal. O programa foi implantado em 31 de outubro de 2015.

53 IDENTIFICAÇÃO DE EXTRATOS DE ANIMAIS DOMÉSTICOS, DESCRIÇÃO E SAÚDE DA COMUNIDADE NA VILA SOUZA COUTO, PORTO ALEGRE, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, BRASIL

FARACO, C. B.¹, MIRANDA, I. C. S.², MATTEI, L. S.³, SANTOS, M. C. S.⁴, SOUSA, B. M. A.⁵, PEREIRA, G. G.⁶

¹ Médica-veterinária, Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Professora do curso de Medicina Veterinária do Centro Universitário Ritter dos Reis (Uniritter). E-mail: ceres_faraco@uniritter.edu.br

² Médico-veterinário, Mestre em Ciências Veterinárias pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Professor do curso de Medicina Veterinária (Uniritter).

³ Hoteleiro, Serviço Social do Comércio (SESC-RS), Graduando do curso de Medicina Veterinária (Uniritter).

⁴ Assistente Social, Serviço Social do Comércio (SESC-RS).

⁵ Médico-veterinário, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa, Portugal.

⁶ Médico-veterinário, Centro para o Conhecimento Animal de Algés, Portugal.

Os extratos de população canina e felina são importantes para a saúde pública e bem-estar animal. Os animais sem dono (errantes) são os principais transmissores de doenças emergentes, e também das habitualmente existentes. Os animais semidomiciliados, atualmente denominados como cães e gatos de famílias, são os que mais transmitem zoonoses, pois se infectam em vias públicas, retornam aos domicílios e disseminam as infecções. Em uma perspectiva de bem-estar animal, a possibilidade de contraírem doenças, sofrerem acidentes ou vários tipos de maus-tratos é perturbadora. O trabalho identificou os extratos da população de animais domésticos de uma comunidade carente da região norte do município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, e investigou aspectos das interações estabelecidas com as pessoas e com o meio ambiente. Foi adotado como metodologia um delineamento descritivo transversal. Os instrumentos aplicados foram um questionário e as observações efetuadas *in loco*. Foram coletados dados de 87 domicílios, perfazendo um total de 371 habitantes, entre os quais, cerca de 16% eram menores de idade. Foram identificados 245 animais, cuja maioria era representada por cães (67%; N=163); 15% (N=38) eram gatos; e 18% (N=44) dividiam-se entre coelhos, aves e cavalos. Durante a coleta de dados, foram ainda registrados 22 animais errantes (76% cães; 14% gatos). Destes, apenas sete não apresentavam qualquer lesão ou doença visível. Durante a entrevista, os residentes da vila relataram 30 acidentes por mordeduras em que, apenas 27% (N=8) das pessoas foram tratadas.

54 ESTRATÉGIAS PARA O MANEJO POPULACIONAL DE CÃES E GATOS APLICADAS NO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA, ESTADO DO PARANÁ, BRASIL

WOLFF, F. M.¹

¹ Médica-veterinária da Prefeitura Municipal de Araucária/PR. E-mail: fla_wolff@yahoo.com.br

Atividades de manejo populacional de cães têm sido empregadas como política pública em diversos municípios brasileiros. Conhecer a dinâmica da população canina, incluindo o seu grau de dependência e vínculo com a população humana e o uso de áreas urbanas, tem se mostrado necessário para o seguimento e efetividade de programas públicos de manejo de cães. De acordo com o 8º informe do Comitê de Especialistas da Organização Mundial da Saúde em Raiva, “a renovação das populações caninas é muito rápida e a sua taxa de sobrevivência facilmente sobrepõe a sua taxa de eliminação”, fato que tem contribuído para avanços no planejamento e execução de políticas públicas por parte de gestores municipais. A discussão ética no controle das populações de cães e gatos acontece em um período transacional da saúde pública veterinária, na qual os animais são analisados sobre dois prismas: 1) agentes transmissores de doenças zoonóticas; e 2) membros integrantes das famílias e comunidades. Diversos municípios brasileiros executam políticas públicas de manejo de populações de cães e gatos e identificam animais de rua vinculados afetivamente a determinadas comunidades, pelo acesso a fontes de alimento, abrigo e cuidados básicos de saúde. Os animais em sua maioria são conhecidos e aceitos pela comunidade local, estando bem adaptados ao ambiente, sendo o seu recolhimento não desejado pelos seus cuidadores. Contudo, observa-se também a insatisfação de parte da comunidade local com a presença dos cães nas ruas, podendo esta intervenção não ser aceita. O uso de indicadores para mensurar os impactos do programa é um importante

instrumento a ser utilizado, para identificar os sucessos e limitações da intervenção para novas tomadas de decisão. O objetivo da realização deste simpósio na VII Conferência de Medicina Veterinária do Coletivo é o de promover a análise e discussão das estratégias de manejo atualmente empregadas para cães de comunidades e se existem indicadores para a avaliação do impacto de intervenções.

55 PROGRAMA ANIMAL COMUNITÁRIO NO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, BRASIL

BORBA, F. T., LIMA, K. E. G.

Os animais já estão integrados à vida das comunidades e tornar essa convivência agradável e saudável é uma das tarefas da Secretaria Especial dos Direitos dos Animais (Seda). Por esta razão, a Seda está implantando um programa que permite melhorar o convívio entre os animais comunitários e as pessoas que se preocupam com eles. O programa Animal Comunitário congrega os objetivos de proteger e preservar a vida desses seres, para que permaneçam saudáveis e aptos à convivência urbana, auxiliando, desse modo, não apenas os animais, mas as pessoas que com eles criaram laços afetivos, que lhes garantem abrigo, alimentação e condições de sobrevivência. Além da implementação prática do programa, o Executivo encaminhou à Câmara Municipal Projeto de Lei Complementar que visa acrescentar à LC 694/2012 uma subseção destinada a estabelecer normas de identificação, controle e atendimento do animal comunitário. Este projeto, de suma importância para a promoção das políticas de proteção aos animais, está em tramitação sob o nº 017/2015, e deve ir à votação ainda no primeiro semestre do ano de 2016. Na justificativa do projeto, é salientado o significado de que as famílias que gostam de animais, mas que não têm condições para os manter em suas residências, possam desfrutar do carinho e do afeto gerado pelos animais que vivem próximos aos seus lares. Essa reciprocidade de afeto detém, inclusive, importância psicossocial na sociedade, haja vista a cooperação, responsabilidade, cidadania e interação que são geradas entre a comunidade que se une por um objetivo comum, que é o de cuidar e garantir direitos aos animais comunitários. Para a participação no programa “Animal comunitário”, é necessário a confirmação de que o animal mantém vínculo consolidado com a comunidade onde vive, que apresenta comportamento adequado às características do local e que não tenha tutor definido. Com a implementação do programa junto à comunidade, a Seda garante o atendimento médico-veterinário, o procedimento cirúrgico de esterilização, a microchipagem, com transponder subcutâneo, a manutenção de um cadastro do animal renovável anualmente, em que conste a sua identificação o endereço do local onde vive, e a identificação de seus responsáveis/cuidadores da comunidade. Além do atendimento médico-veterinário também é realizada a melhoria do ambiente onde os animais são abrigados, a exemplo do modelo inaugurado recentemente e denominado AbriCão comunitário, localizado na Praça México, em Porto Alegre, onde tubos de concretos passaram a ser utilizados como abrigos. Não obstante o benefício trazido aos animais contemplados, o programa “Animal comunitário” contribui positivamente com os demais programas e projetos desenvolvidos para coibir maus-tratos, garantir a saúde e a redução da população de animais domésticos em Porto Alegre, educar crianças e jovens de forma humanitária, e promover a adoção, que constituem em última análise os objetivos estratégicos da Secretaria Especial dos Direitos Animais.

56 LEGISLAÇÕES ESTADUAL E MUNICIPAL DE POLÍTICA PÚBLICA PARA CONTROLE POPULACIONAL DE ANIMAIS DOMÉSTICOS

SPRENGER, M. L. S.¹; SOUZA, G.²

¹ Bacharel em Ciências Contábeis e Vereadora da Câmara Municipal de Porto Alegre. E-mail: lourdesvereadora@gmail.com

² Bacharel em Medicina Veterinária e Deputado Estadual da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

O crescente aumento da população de cães e gatos nos espaços públicos, principalmente nas ruas e praças, em abrigos, lares temporários e casas de passagens para animais, demonstra que as iniciativas públicas e privadas, incluindo as do terceiro setor, têm sido insuficientes para a resolução desse problema, gerado primordialmente pelo abandono de animais não esterilizados e não identificados. Dados obtidos por meio da Lei de Acesso à Informação apontam que desde julho de 2011 – quando da criação da Secretaria Especial dos Direitos Animais (Seda) no município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil – por um período com a duração de quatro anos e nove meses, foram registrados no sistema “Fala Porto Alegre” (156) mais de 15.000 solicitações de fiscalização de maus-tratos a animais, 11.000 atendimentos a animais sem tutor, 3.500 animais acidentados ainda vivos, 1.300 áreas com excesso de animais e 9.200 recolhimentos de animais de pequeno porte mortos nas vias públicas; informações que ratificam o que é constatado no dia a dia de quem atua na causa animal. Dessa forma, foi confirmada a necessidade do estabelecimento de marco legal regulatório dirigido à política pública para o controle populacional de animais domésticos, no qual estejam definidos claramente: princípios, objetivos, instrumentos e diretrizes, tais como a criação de conselhos estadual e municipal, que representem o controle social, e o Plano de Gerenciamento do Controle Populacional de Animais Domésticos (PGCPAD), a cargo de responsável técnico habilitado, que defina ações preventivas e corretivas a serem executadas para que as metas sejam atingidas minimizando abandonos e maus-tratos a animais. Os projetos de lei que tratam dessa pauta são inéditos no Brasil, tanto na esfera estadual como municipal, e devem ser desenvolvidos a partir dos marcos regulatórios já consolidados para outros temas ligados ao meio ambiente. As propostas por meio de projetos de lei, tanto para o Estado do Rio Grande do Sul como para o município de Porto Alegre, que já estão em tramitação nas comissões parlamentares, têm proporcionado diversos debates em audiências públicas, nas quais diversos atores envolvidos no processo como Executivo, Legislativo, Ministério Público e terceiro setor, têm participado com sugestões.

57 PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA CÃO COMUNITÁRIO PARA O MUNICÍPIO DE PINHAIS, ESTADO DO PARANÁ, BRASIL

PEREIRA, É. F. L.¹; CONSTANTINO, C.²; MARCONCIN, S.³; BIONDO, A. W.⁴

¹ Residência multiprofissional em Área Profissional de Saúde em Medicina Veterinária do Coletivo na Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba/PR. E-mail: erikaleitao@yahoo.com.br

² Residência multiprofissional em Saúde da Família (UFPR).

³ Médica-veterinária da Seção de Defesa e Proteção Animal do Município de Pinhais/PR.

⁴ Professor do Departamento de Medicina Veterinária (UFPR).

A cidade de Pinhais, Estado do Paraná, Brasil, como outras cidades brasileiras, tem enfrentado o problema de animais abandonados nas ruas. Dessa forma, houve a necessidade de serem encontradas estratégias éticas para o manejo populacional de tais animais. Sabe-se que, em muitas ruas do município, existem cães vivendo como comunitários, sendo cuidados por moradores. Assim, foi proposto um projeto para